



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0007157-83.2018.8.26.0037  
Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro  
Autor(a)(es): Marli Silva Rodrigues  
Advogado/OAB: N/C  
Ré(u)(s): G & Z Edições Culturais Ltda. Me - Remington  
Sócio Proprietária: Michele Cristina da Silva Gonçalves  
Advogado/OAB: N/C

Aos 06 de agosto de 2018 às 15:34, nesta cidade e Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, na sala de audiências, sob a condução do Sr.(a) Conciliador(a) que abaixo subscreve e a supervisão do MM. Juiz de Direito, Rogerio Bellentani Zavarize, comigo Escrevente Técnico Judiciário abaixo assinado, foi instalada a sessão de conciliação nos autos da ação e entre as partes supra referidas. Verificou-se a presença das partes. Proposta a conciliação, restou frutífera nos seguintes termos: **OBJETO PRINCIPAL:** Com o presente acordo, nenhuma das partes poderá mais reclamar da outra qualquer questão oriunda do mesmo fato. Fica rescindido o contrato de prestação de serviços objeto da presente demanda. Para quitação de todos os danos/prejuízos oriundos desta reclamação, a parte ré pagará à parte autora o valor de **R\$1.188,00. ÉPOCA DO PAGAMENTO:** em 12 parcelas iguais, mensais e consecutivas de R\$99,00 cada. **PARCELAMENTO:** a primeira parcela vencerá em 12/08/2018 e as demais todo dia 12 dos meses subsequentes; última parcela vencerá em 12/07/2019. **FORMA DE PAGAMENTO:** depósitos bancários na conta poupança em nome do companheiro da parte credora Sr. **Jair Benedito Quirino Lopes** – expressamente autorizados pela autora - (**conta nº 0007031-9, agência nº 2531-3, Banco Bradesco, CPF nº 148.342.338-71**). No caso de depósito(s) em conta, caso haja alguma inconsistência dos dados bancários (com oportuna comprovação), a parte ré deverá depositar judicialmente o valor até 24 horas após a data do vencimento previsto no acordo para não incidir em mora. **EM CASO DE INADIMPLÊNCIA:** multa de 20% sobre o saldo devedor. Em caso de parcelamento, a falta de pagamento de uma parcela acarretará vencimento antecipado das demais. O nome será anotado no SPC, mediante requerimento da parte credora, devendo esta informar o pagamento se ocorrer, para a retirada da inscrição. Os documentos, digitalizados e liberados nos autos digitais por ocasião do ajuizamento são entregues neste ato para a parte autora. **A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida sentença:** "Homologo o acordo celebrado pelas partes e decreto a EXTINÇÃO DO PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Nos termos do art. 1000 do mesmo código, não há interesse recursal. Certifique-se o trânsito em julgado. Tratando-se de pagamento, em caso de inadimplemento, a fase de cumprimento dispensa intimação prévia do devedor para pagar em 15 dias, pois ela somente é exigível quanto às sentenças condenatórias (art. 523, caput do CPC). O cumprimento do acordo não precisa ser informado nos autos e será considerado cumprido se não houver comunicação sobre o descumprimento até dez dias depois de decorrido o prazo. **Arquivem-se os autos**". Sentença proferida e publicada em audiência, saindo intimadas as partes. Termo assinado digitalmente pelo MM. Juiz. Dispensada a digitalização e juntada aos autos do documento físico assinado pelos presentes. NADA MAIS. Eu, Fernando Alves De Rezende, digitei.

MM. JUIZ

Conciliador(a): Telmo Correia Arrais

Autor(a)

Ré(u)